



O Ensino de Filosofia: entre problemas epistemológicos e questões sociais

*Flávio de Carvalho**

Resumo: Este artigo oferece alguns pressupostos, condições e situações atinentes ao Ensino de Filosofia tendo em vista discutir seu potencial reconhecimento como campo do conhecimento autônomo vinculado ao território epistemológico da Filosofia, cujo status de sua autonomia advém da demarcação de um objeto, métodos e finalidades sociais específicas. Primeiramente, então, fizemos uma exposição em torno a um estatuto epistemológico para o Ensino de Filosofia, elaborando em seguida um itinerário de diferenciação entre a Filosofia da Educação e uma Filosofia do Ensino de Filosofia, finalizando a discussão oferecemos alguns argumentos quanto à capacidade de intervenção social do ensino de Filosofia, a qual atua na formação dos sujeitos seja no âmbito pessoal seja no profissional. Por fim, encaminhamos algumas questões correlatas para futuros exercícios filosofantes desde/acerca/em prol do ensino de Filosofia e também do Ensino de Filosofia.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Educação Filosófica; Estatuto Epistemológico; Filosofia do Ensino de Filosofia.

The Teaching of Philosophy: between epistemological problems and social issues

Abstract: This paper offers some presuppositions, conditions and situations which are related to Teaching of Philosophy in view to discuss its potential acceptance as an field of knowledge autonomous in the epistemological territory of Philosophy, whose its status of autonomy comes from the demarcation of an specific object, methods and specific social purposes. At first, we made an exposition around an

* Doutor pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Associado da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: flavio.carvalho@ufcg.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1219291457473728>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2558-3858>.

epistemological statute for the Teaching of Philosophy. Then, we elaborated an itinerary of differentiation between the Philosophy of Education and a Philosophy of the Teaching of Philosophy. At the conclusion of this discussion, we offered some arguments about potential social intervention of the teaching of Philosophy, which works in the formation of the subjects, whether their personal or professional scope. Finally, we indicated some related issues for future philosophizing exercises from/about/in favor of teaching of Philosophy and the Teaching of Philosophy also.

Keywords: Teaching of Philosophy; Philosophy of Education; Epistemological Statute; Philosophy of the Teaching of Philosophy.

L'Enseignement de la Philosophie : entre problèmes épistémologiques et questions sociales

Résumé: Cet article propose quelques présupposés, conditions ainsi que situations qui se rapportent à l'Enseignement de la Philosophie afin de discuter sa potentielle acceptation en tant que champ de la connaissance autonome dans le territoire épistémologique de la Philosophie, dont le statut d'autonomie provient de la délimitation d'un objet, des méthodes et des finalités sociales ces qui sont spécifiques. D'abord nous avons fait un exposé autour d'un statut épistémologique de l'Enseignement de la Philosophie. Ensuite, nous avons élaboré un itinéraire pour indiquer la différenciation entre la Philosophie de l'Éducation et une Philosophie de l'Enseignement de la Philosophie. Pour finir, nous avons proposé quelques arguments sur la potentielle intervention sociale de l'enseignement de la Philosophie, celui que opère dans la formation des sujets au cadre soit personnel soit professionnel. Pour terminer, nous avons indiqué quelques questions connexes pour les futurs exercices philosophiques de / sur / en faveur de l'enseignement de la Philosophie et aussi de l'Enseignement de la Philosophie.

Mots-clés: Enseignement de la Philosophie; Philosophie de l'Éducation; Statut Épistémologique; Philosophie de l'Enseignement de la Philosophie.

Introdução

A Filosofia é criação de seu tempo. A aparente obviedade desta afirmação guarda consigo alguns problemas epistemológicos, quer no que diz respeito ao estatuto da Filosofia – O que é a Filosofia? – quer no que toca à sua pertinência social – Pra que serve a Filosofia?, seja ainda, no âmbito a partir do qual construímos este artigo, a saber, o campo do conhecimento Ensino de Filosofia – Pode-se ensinar a Filosofia? Neste sentido, construir um problema sobre a Filosofia nos lança numa trama de pensamento rizomática¹ – tecida por múltiplos itinerários metodológicos e discursivos, diversos pontos de partida (problemas filosóficos) e infinitas construções conceituais possíveis. Sendo assim, ofereceremos a partir de agora para a leitora e para o leitor um desses itinerários, o nosso, que resulta de uma vivência filosófica apropriada (quer dizer tornada própria, isto é, tornada singular porque feita por um sujeito social-histórico). Não obstante esse delineamento que atesta o meu lugar de fala², convém esclarecer que o

¹ Adotamos a expressão trama de pensamento rizomática por associação ao conceito de Rizoma, que foi criado por Gilles Deleuze e Felix Guattari. Essa expressão, portanto, indica a perspectiva que adotamos de discutir o problema do ensino de Filosofia e do Ensino de Filosofia buscando identificar suas múltiplas possibilidades de abordagem, os diversos elementos, sujeitos, situações e relações teóricas ou sociais que compreendem tais problemas, adotando uma postura discursiva que se coloca como uma possível entre outras, uma que conecta seus elementos de modo singular, e que reconhece que há outras posturas discursivas e seus arranjos igualmente singulares. Indicamos a obra *Mil Platôs*, volume 1, para o aprofundamento desse conceito, entretanto, antes oferecemos alguns fragmentos do texto citado: “Resumamos os principais caracteres de um rizoma: diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos.” [...] “O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada.” [...] “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo” (Deleuze, Guattari, 1995, p. 10-36.)

² O uso do pronome na primeira pessoa do singular tem a intenção de ressaltar a marca autoral e a responsabilidade individual com o exercício filosófico apresentado neste artigo. Entretanto, no restante do texto utilizaremos o pronome na primeira pessoa do plural, como costumeiramente são escritos os textos científicos. Convém declarar que o uso do termo

discurso que construiremos a seguir resulta de diálogos com pensadoras e pensadores contemporâneos, com professoras e professores e também estudantes, bem como com grupos e associações de profissionais – por mais incômodo que o termo profissional, no âmbito dos estudos filosóficos, possa se apresentar aos olhos de algumas pessoas – e resulta também das minhas atividades de pesquisa e de ensino da Filosofia.

A Filosofia é criação de seu tempo, ou seja, não existe uma Filosofia à frente do seu tempo, rigorosamente, não existe uma filósofa ou um filósofo à frente do seu tempo. A Filosofia é construída a partir das demandas por ideias outras, ideias diferenciadas, é fabricada a partir das rupturas conceituais, é forjada no calor dos debates entre perspectivas discordantes, ela vem ao encontro de desejos de pensamentos outros, pensamentos divergentes, ela dá vazão às vontades insubmissas cujos olhares deslocadores e falares dissonantes provocam a criação de filosofares em e sobre diferenças. Neste sentido, o exercício filosófico que fazemos nesse artigo, e que vai se associar a outros exercícios na composição da obra bibliográfica coletiva que nos reúne neste momento, diz respeito ao reconhecimento que estamos participando de um momento importante para a história da Filosofia construída no Brasil, momento em que várias demandas – existenciais e epistemológicas – se colocam para as pensadoras e os pensadores do Brasil, as/os quais reconhecem outros elementos constitutivos e imanentes da nossa existência social-histórica e que, por isso, reivindicam sua admissão entre o que costumeiramente chamamos de problemas filosóficos e de campos do conhecimento, a exemplo do que vem acontecendo com as questões de Gênero, de Raça e do Ensino de Filosofia. A Filosofia é criação de seu tempo e nisto compreendemos que ela está vinculada inextrincavelmente a um tempo histórico (kronos) e a uma

“lugar de fala”, o qual foi elaborado por Djamila Ribeiro em sua obra “O que é lugar de fala”, em nosso texto resulta de uma apropriação, ou seja, de uma utilização que se ampara e remete e reivindica as minhas vivências enquanto filósofo, professor e pesquisador no âmbito do Ensino de Filosofia para discutir as questões e os problemas a ele atinentes.

temporalidade social-histórica (kairós)³. No âmbito de kronos, a Filosofia se coloca como a atividade de um pensamento ativo constituinte da trama social e epistemológica de uma determinada época, pensamento crítico e propositivo construído e difundido por filósofas e filósofos e suas circunstâncias, com suas perspectivas, posturas e atitudes de pensar que comportam uma dada época histórica. No âmbito de kairós, a Filosofia se coloca como a atividade de um pensamento proativo constituinte da trama social e epistemológica de uma determinada época, pensamento crítico e propositivo também fabricado e disseminado pelas filósofas e pelos filósofos. O que aqui chamamos pensamento proativo diz respeito à característica que a atividade de filosofar tem de diagnosticar a oportunidade propícia, a demanda emergente, a necessidade de pensar sobre diferentes situações existenciais, diferentes relações sociais, diferentes teorias científicas, diferentes posturas e atitudes, diferentes discursos e fruições, necessidade de ultrapassamento do já pensado, trata-se do futurismo inerente ao filosofar. Neste sentido, o trabalho que ora realizamos, que é apresentado nesta obra bibliográfica coletiva, em torno do estatuto epistemológico do campo do conhecimento Ensino de Filosofia manifesta o reconhecimento de um kairós em portanto, seja este texto seja a obra coletiva a que se associa se desenvolvem nessa proatividade e nesse futurismo do filosofar. Convém esclarecer, por fim, que ainda que utilizemos o vocábulo Filosofia, adotamos a compreensão de que há Filosofias, sendo construídas e confrontando-se no mesmo kronos e em diversos kairós. Esclarecemos ainda que não há uma Filosofia (Filosofias) que se desenvolva(m) apenas em kronos ou só em kairós, ela(s) se realiza(m) em ambos os movimentos temporais.

³ Adotamos aqui a compreensão de kairós, abordada e adotada por Michel Foucault em seu curso O governo de si e dos outros, publicado com o mesmo título, que compreende o kairós como a melhor ocasião, conjuntura favorável. Veja-se a aula de 9 de fevereiro de 1984. Ainda sobre o pensamento desse filósofo indicamos a aula do dia 5 de janeiro de 1983, ministrada no curso O Governo de si e dos outros, na qual analisando a Aufklärung kantiana, Foucault reconhece esta abordagem filosófica, iniciada por Kant, como uma ontologia do presente, uma ontologia da atualidade, compreensão que nos apropriamos para falar em filosofia como criação de seu tempo.

Admitindo, portanto, a trama de pensamento rizomática em que nos colocamos, o texto que ora apresentamos à leitora e ao leitor se desenvolve em três seções. Assim, na primeira seção, discutimos a possibilidade de pensar filosoficamente o ensino de Filosofia como Ensino de Filosofia, ou seja, abordamos brevemente a démarche histórica e epistemológica do tema ensino de Filosofia para a constituição do campo do conhecimento Ensino de Filosofia. Na esteira dessa démarche, na segunda seção, provocamos uma discussão cuja finalidade diz respeito ao reconhecimento da diferença epistemológica entre a conhecida e longa Filosofia da Educação e a recém-nomeada e discutida Filosofia do Ensino de Filosofia⁴. Por fim, na terceira seção colocamos sob análise os possíveis impactos do Ensino de Filosofia sobre a vida em sociedade, considerando sua atuação nos processos de formação, de des-formação e de autoformação das pessoas, e para tanto abordamos estes impactos no âmbito da existência pessoal (social-histórica) e também no âmbito profissional (formação de professoras e professores de Filosofia).

Convém esclarecer que as seções acima descritas dizem respeito aos movimentos iniciais de uma discussão, que vem sendo construída por diversas filósofas-professoras e muitos filósofos-professores em todo o território nacional brasileiro⁵ e também fora dele⁶. O que aqui oferecemos também se encontra em fase de construção e desse modo é oferecido como início de pensamento e de debate filosóficos, que se apresentam agora e mantêm ciosos pelos desdobramentos, notadamente os discordantes, que podem se originar da leitura feita pela leitora e pelo leitor.

⁴ Como referências e como registro histórico indicamos a obra mais antiga, integralmente dedicada à Filosofia do Ensino de Filosofia: GALLO, Sílvio; Cornelli, GABRIELE; DANELON, Márcio (Orgs.). *Filosofia do Ensino de Filosofia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003, e a mais recente, Teixeira Neto, José; Cirino, Maria Reilta Dantas. *Filosofias do ensino de filosofia: Perspectivas filosóficas e ações educativofilosóficas na educação escolar*. Curitiba: CRV, 2020.

⁵ CARVALHO, Silva, Rondon, 2024; *Revista Trilhas Filosóficas*, v. 12, n. 1, 2019.

⁶ CERLETTI, 2009; Bethencourt, Agravati, 2011.

Buscamos apresentar nesta trama de pensamento rizomática sobre o Ensino de Filosofia três condições para pensar seu estatuto epistemológico, a saber: i. condição epistemológica, tratando em que medida o Ensino de Filosofia pode constituir problemas típicos à investigação filosófica, os quais guardam as peculiaridades da visada sobre a realidade empreendida pela Filosofia e seu território epistemológico – reiteramos a compreensão de pluralidade das Filosofias, acima mencionada; ii. diferença metodológica, buscando identificar alguns demarcadores da abordagem investigativa do Ensino de Filosofia, notadamente provocando certo distanciamento e diferenciação frente à Filosofia da Educação; iii. vinculação social, discutindo em que medida as investigações desenvolvidas no âmbito do Ensino de Filosofia dialogam e contribuem com situações efetivas (existenciais, pedagógicas, educativas, políticas, sociais) do chão da escola (Educação Básica) e da formação de professoras e professores (Educação Superior), que podem redundar em modificações em termos da vida em sociedade.

Ao final da leitura do texto, a leitora e o leitor poderão perceber que, analogamente ao que ocorre comumente com outros temas, do território epistemológico da Filosofia e de outros saberes, o Ensino de filosofia foi ampliando seu espectro de alcance problematizador, conceitual, metodológico e de finalidade social, construindo uma autonomia – esta é a hipótese a ser defendida – como um campo do conhecimento.

Acerca de um estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia

As discussões e pesquisas acerca do ensino de Filosofia têm seu início histórico localizado nas atividades de pesquisadoras e pesquisadores vinculadas(os) à Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd). Apenas no ano de 2006 acontece a fundação do GT Filosofar e ensinar a filosofar, o qual tem sua vinculação à Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF). A informação acerca deste marco temporal tem sua relevância na medida em que aponta para o indício de que

a construção do objeto de investigação (problemas e hipóteses atinentes) e da metodologia inerente às investigações desenvolvidas no âmbito daquela associação se delineiam a partir do território epistemológico da Educação. Não obstante haver a participação de pesquisadoras e pesquisadores cujas formações se deram no campo do conhecimento Filosofia, trata-se de pessoas que discutiram as questões atinentes ao ensino de Filosofia a partir de suas atuações no âmbito dos programas de pós-graduação em Educação.

Desde 2006, portanto, ganhou intensidade um movimento (entretanto, essa é apenas uma data simbólica que colima os esforços de institucionalização de algo que já acontecia de maneira efetiva e constante) de tratar o ensino de Filosofia a partir do território epistemológico da Filosofia. Contabilizamos, então, algo em torno de uma década e meia em que as discussões e pesquisas acerca do ensino de Filosofia tem se desenvolvido majoritariamente por filósofas e filósofos, professoras e professores da Educação Superior, vinculadas(os) ou não ao GT Filosofar e ensinar a filosofar e, mais contemporaneamente, também por professoras e professores da Educação Básica. A criação do programa de pós-graduação em rede, o mestrado profissional PROF-FILO, no ano de 2016, veio assomar-se ao movimento que estamos descrevendo, mobilizando profissionais em todo o território nacional, desenvolvendo pesquisas em nível de pós-graduação, construindo um perfil epistêmico filosófico da pesquisadora e do pesquisador em ensino de Filosofia a partir do território epistemológico estrito da Filosofia. Todos estes fatos constituem um dos fortes indícios de que o ensino de Filosofia migrou do status de tema de pesquisas para o de ser campo de pesquisa.

Outro movimento que figura como corolário dos marcos temporais acima indicados diz respeito ao fato que a construção de um perfil epistêmico filosófico da pesquisadora-filósofa e do pesquisador-filósofo requer além do período de sua formação outro também para sua consolidação. Assim, a anterioridade histórica do campo do conhecimento Educação marca ainda hoje a construção de problemas e os marcos teóricos, o linguajar e as nomenclaturas, bem como as metodologias de pesquisa utilizadas. Precisaremos de um tempo cronológico, não determinável, para

que os elementos acima indicados sejam construídos a partir estritamente do território epistemológico filosófico. Vivenciamos o momento de transição em que ambos formatos ainda se verificam nas pesquisas e nas produções bibliográficas, sendo verificados eventuais reducionismos ou imprecisões teóricas ou procedimentais que revelam uma eventual mesclagem teórica e procedimental entre os dois campos do conhecimento. A pertinência da construção de uma especificidade teórica e metodológica estritamente filosófica é imprescindível, notadamente, para o reconhecimento de que tem-se formado um campo específico de discussão filosófica, o Ensino de Filosofia, cuja constituição se distingue da Filosofia da Educação e se vincula ao que podemos nomear de Filosofia do Ensino de Filosofia, cujo tratamento faremos na segunda sessão deste artigo.

Paulatinamente, o ensino de Filosofia deixa de efetivamente receber um tratamento como apenas um tema de investigações, ora abordado a partir da Educação ora da Filosofia, e vai se configurando como um campo específico dentro do território epistemológico filosófico, uma vez que se pode reconhecer um objeto e uma metodologia específica. Quanto ao objeto, o ensino de Filosofia adota a vivência do pensamento filosófico no processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de investigar as condições de possibilidade desta vivência, considerando-a como movimento gnosiológico e epistêmico, ou seja, como atividade de um sujeito que aborda a realidade em sua complexidade com vistas a compreendê-la e igualmente a atividade de um sujeito que constrói conhecimentos sobre e para tal realidade complexa. Quanto à metodologia, o ensino de Filosofia adota o tratamento de elementos quantitativos e qualitativos atinentes às relações e aos processos vivenciados pelos sujeitos epistêmicos. Trata-se de utilizar as diversas ferramentas de pesquisa para coletar dados (objetivos e subjetivos) a partir dos quais possa se identificar e compreender os diversos processos próprios (apropriados) manifestados por um sujeito que vivencia o pensamento filosófico. Decerto que, além das dificuldades atinentes aos elementos e aos movimentos investigativos supramencionados, deve-se considerar que falar em “pensamento filosófico” constitui-se por si só em dois outros problemas, a saber, o que é o pensamento? e o que é a filosofia?

Ora, resta claro, que o propósito do presente artigo não é tratar dos desdobramentos daquelas nem destas questões, mas tão somente indicar a existência de tais questões e de que compete ao Ensino de Filosofia como campo de conhecimento delas se ocupar.

Novamente chamamos a atenção da leitora e do leitor para o fato que a histórica vinculação de pesquisas sobre ensino de Filosofia no âmbito da Educação precisa ser problematizada. Mas, não se trata de abnegar ou inviabilizar certas discussões e investigações igualmente atinentes ao universo da experiência de ensinar Filosofia, tais como quais conteúdos podem ser ministrados?, quais metodologias de ensino podem ser utilizadas?, que modalidades de avaliação cabem no ensino da Filosofia?, como fazer a formação das novas gerações de docentes de Filosofia?, entre outras questões que consideramos de caráter iminente pedagógico. Estas questões continuam com necessidade preservada, entretanto, não configuram prioritariamente a ocupação do que estamos denominando de campo do conhecimento Ensino de Filosofia. Estas questões figuram como elementos coadjuvantes e contextualizadores para a vivência do pensamento dos sujeitos epistêmicos que atuam também como sujeitos pedagógicos.

As questões acima mencionadas podem ser entendidas como ocupação específica da Educação, sem prejuízo das discussões interdisciplinares com a Filosofia. Porém, convém reconhecer que sobre elas se realiza uma abordagem mais radical, uma espécie de anterioridade conceitual, quando trabalhadas a partir do campo do conhecimento Ensino de Filosofia, isto é, tais questões são tomadas como problemas filosóficos, como questões que dizem respeito aos problemas da construção do conhecimento no sujeito e aos problemas da construção dos saberes. Partindo, portanto, desse escopo de abordagem especificamente filosófica, utilizando o cenário e as questões metodológicas como material. Neste sentido, entendemos que compreensões filosóficas repercutem em decisões metodológicas, e para construir um diferencial em termos de nomenclatura que espelhe esta precedência costumamos falar em “decisões filosófico-didáticas” ou “decisões conceitual-instrumental”. Deve haver uma pertinência e necessidade filosófica na base de toda decisão pedagógica.

A variação semântica que a expressão ensino de Filosofia comporta e sua presença tanto no âmbito das pesquisas em Filosofia quanto no da Educação exigem que estabeleçamos os parâmetros e os elementos que compõem sua especificidade naquele âmbito. Notadamente, neste momento em que se desenvolve no Brasil uma discussão e uma mobilização pela autonomização do ensino de Filosofia como área específica dos estudos filosóficos, o que Patrícia Velasco tem chamado de cidadania filosófica (Velasco, 2022). Como vimos demonstrando, tal especificidade deve advir do conceito, que se constitui como a criação específica da Filosofia (Deleuze; Guattari, 2010). Reconhecemos que na etapa atual de discussões, em que a dupla presença citada acima mostra-se bastante presente, a busca pela especificidade a que nos referimos, a busca pelo elemento Conceito, seja feita nas filigranas do objeto, das metodologias de investigação (e ainda na finalidade social da área, como trataremos na terceira parte deste artigo). Isso implica em afirmar, quiçá servindo de orientação para as confecções dos projetos de pesquisas que desenvolvamos no âmbito filosófico, que os conceitos filosóficos sejam os norteadores e os parâmetros para nossas investigações no território epistemológico do Ensino de Filosofia. Corroboramos assim o filósofo Alejandro Cerletti e sua compreensão de que a construção do problema filosofia do ensino de filosofia requer aceitar que se trata de uma questão de conceito (Cerletti, 2009). Um desafio, que se coloca como corolário desta necessidade de colocação dos problemas e métodos de pesquisa a partir dos conceitos filosóficos, diz respeito à elaboração de um conceito, um conceito que trate do lugar e da função necessárias do conceito filosófico nas discussões e pesquisas do campo do conhecimento Ensino de Filosofia, o qual supomos advirá das discussões epistemológicas inerentes ao trabalho das pesquisadoras e dos pesquisadores que nele atuam. Por ora, podemos apenas indicar a tarefa, isto é, fabricar um conceito filosófico que trace a diferença epistemológica entre o Ensino de Filosofia e outros campos do conhecimento, traçar sua singularidade epistemológica.

O itinerário de situações históricas, de problematizações e indicação de questões a serem tratadas por nós, pesquisadoras e pesquisadores do

campo do conhecimento Ensino de Filosofia, constituem alguns dos elementos que precisamos tratar quando o assunto é o estatuto epistemológico de um campo do conhecimento e/ou de um campo de construção de saberes. Construir este tipo de discussão, que é epistemológica, ou seja, diz respeito ao *modus operandi* da Filosofia (ou melhor, dos *modi operandi* das Filosofias), requer o enfrentamento de questões, tais como, quais elementos conceituais e procedimentais são indicativos para um conjunto de investigações ser reconhecido como campo do conhecimento?, a existência de uma produção regular, numerosa, consistente e impactante socialmente indica a existência deste campo específico?, mesmo sem negar as interconexões e interfaces entre a área da Filosofia e da Educação no que diz respeito ao ensino da Filosofia, é possível estabelecer com clareza e objetividade os limites conceituais e procedimentais que as distinguem e com isso reconhecer a diferença e a singularidade do Ensino de Filosofia?, ou ainda, em que medida o debate sobre o estabelecimento de um campo do conhecimento também deve incorporar como problema as condições sociais e políticas para o reconhecimento do estatuto que vimos falando?, quais as consequências que resistências institucionais (seja governamentais seja acadêmicas) trazem para o debate em tela? Diante do exposto, resta claro que além dos problemas filosóficos e das questões educacionais assomam-se igualmente questões políticas na construção do estatuto epistemológico de um campo do conhecimento.

Neste sentido, o itinerário de discussões que temos visto acontecer, desde 2006, mas sobretudo nos últimos sete anos⁷ nos parece acertado, uma vez que tem envolvido a provocação de discussões no âmbito das principais instâncias de fomento à pesquisa (CAPES⁸ e CNPq⁹), no âmbito da

⁷ 2016, marco temporal da criação dos primeiros programas *stricto sensu* de pós-graduação em Ensino de Filosofia (PROF-FILO e PPFEN).

⁸ CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

⁹ CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

academia de Filosofia no Brasil (ANPOF10), no âmbito dos programas de pós-graduação em Filosofia, notadamente no PROF-FILO11 e no PPFEN12 e que deve incluir em momento vindouro as associações de professoras e de professores de Filosofia existentes no território nacional. Incluindo-se nestas discussões, a demanda mais emergencial com a qual têm se ocupado a comunidade de filósofas-pesquisadoras e de filósofos-pesquisadores que trabalham com o ensino de Filosofia, aquela que diz respeito ao lugar e o papel deste no sistema educacional brasileiro, cujas consequências nefastas da lei n. 13.415/201713 e da BNCC14 estão sendo sentidas por todas as trabalhadoras e trabalhadores da educação. Não obstante esta imensa demanda, a construção do estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia deve se colocar como tarefa igualmente necessária.

Outro elemento que tem relação direta com a construção do estatuto epistemológico do campo do conhecimento Ensino de Filosofia diz respeito à formação das novas professoras e dos novos professores de Filosofia, seja de quem vai se ocupar com a Educação Básica seja de quem vai atuar no Ensino Superior. Quanto mais compreensível for a singularidade epistemológica pertinente a este campo do conhecimento maior a possibilidade de que tais profissionais reconheçam que o seu magistério deve se constituir como um conjunto de discursos, posturas e práticas filosóficas que manifestam seu perfil epistêmico filosófico e que se espelha nas escolhas pedagógicas e didáticas que elas e eles realizam no dia a dia da docência.

Da Filosofia da Educação à Filosofia do Ensino de Filosofia

¹⁰ ANPOF – Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia

¹¹ PROF-FILO – Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Filosofia

¹² PPFEN – Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Filosofia e Ensino

¹³ Conhecida como Lei do Novo Ensino Médio, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/1996), que instituiu reformas estruturais no Ensino Médio.

¹⁴ Base Nacional Comum Curricular

Toda a discussão contida neste artigo se coloca na postura de mobilizar outras discussões acerca do estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia como campo do conhecimento. Na seção que agora iniciamos, exporemos talvez o problema mais denso dos que foram abordados por nós, pois trata de discutir uma delimitação e distinção da área do conhecimento a qual o tema ensino de Filosofia esteve vinculada historicamente e a partir destas delimitação e distinção construir uma compreensão para o campo do conhecimento Ensino de Filosofia.

Um primeiro movimento de caráter linguístico e com intencionalidade filosófica diz respeito a adotar a terminologia Filosofia do Ensino de Filosofia, considerando que a problematização filosófica está inserida em um âmbito diferente daquele atinente à Filosofia da Educação. Esta construção linguística resulta da compreensão filosófica que o tema ensino de Filosofia outrora compôs as atividades pertinentes aos estudos e pesquisas da Filosofia da Educação, todavia, diante das transformações que o tema foi vivenciando através das demandas, discussões e pesquisas desenvolvidas por várias filósofas-educadoras e filósofos-educadores, este tema foi se desdobrando e ampliando seu perímetro de atuação (sendo vivenciado e discutido seja nas escolas seja nas associações seja ainda na academia). Estes desdobramentos foram sendo tomados como problemas filosóficos e pedagógicos manifestados nas ações e discussões promovidas pela Filosofia e pela Educação, foram se multiplicando as abordagens conceituais e as orientações filosóficas que se ocupavam com o fenômeno do exercício de pensamento possível de ser vivenciado nas aulas de Filosofia. Aquilo que antes era apenas um tema revelou sua complexidade não apenas pedagógica – este é o movimento mais aparente e superficial – mais que isso foi revelada a complexidade epistêmica (a questão do reconhecimento do seu objeto, a construção dos parâmetros metodológicos de suas pesquisas, a proposição de finalidades ontológicas, gnosiológicas e políticas atinentes ao ensino da Filosofia). Diante do exposto, observamos que o Ensino de Filosofia tem agora um corpus teórico e metodológico próprio e neste sentido propomos e provocamos a leitora e o leitor a pensar

que o corolário desta mutação histórico-epistêmica comporta a possibilidade de falarmos em uma Filosofia do Ensino de Filosofia.

Um segundo movimento diz respeito ao reconhecimento da singularidade que constitui o ensino de Filosofia como problema filosófico, não a partir de uma abordagem geral da formação dos seres humanos, das práticas educativas ou dos processos pedagógicos, mas a partir da consideração de que a formação do indivíduo em termos éticos, políticos, estéticos, existenciais, no âmbito das atividades pertinentes ao ensino da Filosofia, diz respeito à construção do perfil epistêmico filosófico do sujeito, que se realizará em diversas atividades desenvolvidas pelos sujeitos envolvidos na vivência deste ensino. Evitamos neste momento utilizar os termos “sujeitos pedagógicos”, “estudante”, “professora”, “professor”, “escola”, “aula”, pois consideramos que a vivência do pensamento filosófico pode ser realizado por meio de variadas práticas educativas além daquelas vivenciadas no ambiente escolar ou acadêmico¹⁵. Portanto, cabe à Filosofia do Ensino de Filosofia se ocupar da categoria perfil epistêmico filosófico do sujeito, de problematizar e construir compreensões quanto aos modos deste perfil, quanto às implicações conceituais e metodológicas para a pesquisa filosófica a partir da consideração desta categoria, e ainda como este perfil se vincula e se relaciona com as formações dos sujeitos pedagógicos no âmbito das práticas educativas institucionais e das não formais. A Filosofia do Ensino de Filosofia está às voltas com o fenômeno do pensamento filosófico que se efetiva em práticas educativas de ensino da Filosofia.

Se na seção anterior mobilizamos o leitor e a leitora para a pertinência da construção de um conceito ou categoria que indicasse a singularidade epistemológica do campo do conhecimento Ensino de

¹⁵ Admitir uma discussão acerca do ensino da Filosofia que não circunscreva o ambiente escolar, universitário ou acadêmico da Filosofia nos dirige para outro debate, que tem relação direta com tal admissão, isto é, a questão das compreensões acadêmicas acerca da Filosofia (ou das Filosofias, que se constitui como problemática igualmente específica) e a questão da existência possível de Filosofias não acadêmicas. São, pois, corolários da pergunta primaz, o que é Filosofia?

Filosofia, oferecemos à discussão, agora, que se considere a categoria perfil epistêmico filosófico do sujeito como um elemento específico com o qual se ocupa a Filosofia do Ensino de Filosofia. Quiçá possa essa categoria também ser útil para a compreensão da singularidade supramencionada.

Um terceiro movimento diz respeito ao que entendemos como vivência filosófica, algo além de uma experiência de ensino ou de formação dos seres humanos. Não obstante o fato que o ensino da Filosofia pode oportunizar (e aspiramos fortemente que o faça) que os sujeitos pedagógicos vivenciem o pensamento filosófico, uma situação não implica necessariamente na outra. A vivência filosófica vai além da formação para o questionamento e para a argumentação, ensinar “as ideias” (informações) e “as ferramentas” (como perguntar e como responder) da Filosofia pode resultar em apenas uma experiência de ilustração e retórica. Quando assumimos o Ensino de Filosofia como campo do conhecimento se faz necessário discutir (e propor uma compreensão) em que medida na atividade de perguntar se delineiam as categorias crítica, desnaturalização e problematização?, como na atividade de argumentar coexistem as categorias diálogo, verdade e poder?, como é possível que na atividade de responder se manifestem as categorias criação, conceito e intervenção?, de que modo as categorias deslocamento, contexto, utilidade influenciam as modalidades metodológicas próprias aos diversos *modus filosofandi*?. Todo um saber filosófico implica um fazer filosófico e vice-versa. Reiteramos, toda decisão metodológica exige uma postura conceitual.

Por fim, levando em conta as delimitações e proposições que oferecemos ao longo desta seção e o próprio movimento da discussão que realizamos, supomos ter realizado simultaneamente um itinerário de problematização e proposição filosóficas pertinente ao que denominamos Filosofia do Ensino de Filosofia, pois tratamos das condições de possibilidade de tomarmos seja objetos seja metodologias de pesquisa específicas acerca do ensino da Filosofia, nos ocupamos com a questão de uma categoria singular ao âmbito do Ensino de Filosofia, além de termos buscado traçar os elementos e movimentos que diferenciam uma abordagem da Filosofia da Educação daquela específica da Filosofia do Ensino de

Filosofia. Reiteramos que, aqui, não se trata de negar a possibilidade de que a Filosofia da Educação possa abordar o tema do ensino da Filosofia, trata-se principalmente de construir o perfil de uma reflexão filosófica específica e que, por isso, é capaz de se ocupar apropriadamente das singularidades do campo do conhecimento Ensino de Filosofia. Decerto, pode-se traçar um diagrama das aproximações teóricas e procedimentais entre ambas as abordagens, tarefa que é exequível e conveniente, entretanto, fazê-lo requer a atenção para não se transformar aproximações em reduções identitárias e para isso convém ter em vista as diferenciações traçadas anteriormente. Possivelmente, ao oferecermos esta discussão nos aproximamos do que Porta pensa quando afirma “Filosofia não é opor uma tese à outra, os problemas mesmo podem ser mudados e resultar em respostas diversas” (Porta, 2003, p. 34).

O Ensino de Filosofia como intervenção na realidade social-histórica

A Filosofia é tanto criação quanto criadora dos contextos sociais e epistemológicos do seu presente. O filosofar é tanto ação quanto produto do pensamento. Ensino de Filosofia se diz tanto do objeto quanto do campo do conhecimento. Neste cenário de apenas aparentes homografias e de identidades e imbricações efetivas, construímos a discussão do presente artigo e permanecendo na discussão de tantas interfaces e interconexões, vamos tratar a partir de agora acerca da função do ensino de Filosofia como intervenção na realidade, considerando apenas duas modalidades desta intervenção, a pessoal e a profissional (formação de professoras e professores). Convém ponderar que esta separação cumpre uma finalidade meramente expositiva, não comprometendo nosso entendimento de que as intervenções atinentes aos processos que envolvem o ensino da Filosofia são interrelacionados, na medida em que os movimentos de formação, desformação, transformação dizem respeito aos sujeitos social-históricos, isto é, as pessoas em seus cotidianos, suas circunstâncias e suas vinculações sociais. Desse modo, não existe mudança social que não impacte no âmbito

existencial (cf. Severino, 2011) e de modo análogo mudanças no perfil epistêmico dos sujeitos comporta a potência de provocar mudanças existenciais e sociais. Portanto, educar e, mais especificamente, ensinar a filosofar se constituem como atos políticos.

Outra ponderação diz respeito a uma problematização inerente aos processos de formação que vamos tratar adiante, isto é, quais modos de lidar com a Filosofia podem ser reconhecidos no contexto histórico em que vivemos?. Mantenhamos o entendimento de que a Filosofia e o seu ensino são criações e criadores de seu tempo social-histórico e, neste sentido, as concepções acerca de uma e de outra se sucedem historicamente, constituindo diversos modos de dizer e de fazer filosóficos. Buscamos tratar este movimento, nas seções acima, quando afirmamos, por exemplo, que se a menção à expressão “ensino de Filosofia” dizia respeito ao âmbito da Educação e dos estudos pedagógicos, atualmente, presenciamos o deslocamento paulatino dessa expressão para o âmbito semântico e epistêmico da Filosofia, mais especificamente do campo do conhecimento Ensino de Filosofia.

Os deslocamentos das perspectivas e das abordagens acerca do fenômeno ensino de Filosofia repercute, então, nas modalidades das vivências dos sujeitos epistêmicos ou pedagógicos envolvidos nele, as quais são corolários do movimento duplo que mencionamos acima, ou seja, a compreensão conceitual que resulta na seleção metodológica (pedagógica). Assim sendo, será possível fazer uma diferenciação entre estudar a Filosofia – apreender informações (históricas, biográficas e bibliográficas) sobre a Filosofia, pensar de acordo com a Filosofia – aplicar, aleatória e acriticamente, os conceitos de filósofos estudados às situações vividas, pensar filosoficamente – utilizar o método da Filosofia (os métodos das Filosofias) para pensar contextualizada e criticamente diversos problemas da realidade, e filosofar – utilizar apropriadamente (como algo próprio) um método filosófico para elaborar problemas e construir compreensões (ou quiçá conceitos). A leitora e o leitor, certamente, observou que construímos um escalonamento entre as modalidades, indo de uma mais superficial e incipiente até a mais complexa em sua execução e impactante em suas

produções. Diante do exposto, reiteramos que a adoção de qualquer uma destas modalidades construirá uma vinculação direta nas escolhas metodológicas e pedagógicas adotadas pela professora e pelo professor de Filosofia, devendo haver inclusive impactos sobre o tratamento do problema da transposição didática para as situações em que for necessário, a exemplo do ensino institucional escolar ou em nível superior.

Ao modo como temos construído o presente artigo, diante da argumentação apresentada reconhecemos que o tratamento do que estamos chamando de intervenção na realidade ocasionada pelo ensino de Filosofia requer que cada modalidade seja abordada e discutida nos três âmbitos de intervenção que trataremos a seguir. Entretanto, oferecemos aqui tão somente a indicação desta tarefa a ser realizada pela leitora ou pelo leitor como sua própria vivência de pensamento filosófico.

Após tais ponderações, passemos às considerações sobre duas modalidades de potencial intervenção do ensino de Filosofia.

i. intervenção no âmbito pessoal: como indivíduos social-históricos, estamos desde a fase da geração intrauterina imiscuídos em processos de subjetivação, ou seja, vinculados a discursos e dispositivos cuja função e finalidade social dizem respeito à construção de nossas subjetividades, ao enquadramento do nosso modo de ser, existir e atuar socialmente em conformidade com as ideias e os padrões construídos pelos membros daquele agrupamento social. As instituições de ensino, enquanto dispositivos de controle, participam ativa e longamente destes processos de subjetivação. Entretanto, se por um lado tais instituições produzem assujeitamentos, nelas também podem ser construídos movimentos de resistência, de desconstrução de ideias e padrões hegemônicos, de vivências de re-existências. Neste contexto, o ensino de Filosofia pode assumir um papel extremamente importante seja no que diz respeito ao questionamento do que somos e do que nos formou para o que somos, bem como no processo de autossuperação desta situação, de criação de modos outros de pensar, de agir e de ser. Construir a própria existência como quem cria uma obra de arte, remetendo ao pensamento foucaultiano (Foucault, 1985). Decerto que esta autossuperação de si vai repercutir nas diversas relações das quais o

indivíduo participa, criando modos outros de pensar, agir e atuar em cada uma destas relações.

ii. Intervenção no âmbito profissional (formação de professoras e professores de Filosofia): todo o movimento de deslocamento de perspectivas, de ressignificação conceitual e de redirecionamento procedimental deve alcançar prioritária e urgentemente o âmbito da formação das novas professoras e dos novos professores de Filosofia independentemente se a atuação será na Educação Básica ou na Superior. Assim sendo, no mínimo duas mudanças poderão acontecer, o autorreconhecimento da(o) profissional que ensinar Filosofia exige vivenciar o pensamento filosófico e também que escolher materiais e metodologias de ensino requerem pontos de partida de pertinência filosófica. Trata-se em ambos os casos que esta filósofa-professora e que este filósofo-professor reconheçam e construam um perfil epistêmico filosófico para si. De modo análogo ao desenvolvimento do item anterior, em que as mudanças no âmbito pessoal repercutem no âmbito coletivo, o tratamento da questão da formação docente sob a perspectiva da construção de um perfil epistêmico filosófico do docente de Filosofia implica em questionar em que medida os cursos de graduação, notadamente os de licenciatura, assumem a perspectiva em tela. Neste sentido esta discussão vai conduzir ao questionamentos das estruturas curriculares e da própria formação das filósofas-formadoras e dos filósofos-formadores, e tal aprofundamento admite que questionemos qual modalidade de ensino de Filosofia tem lugar neste segmento educativo e formativo, ainda que se corra o risco de diagnosticar que todas as quatro modalidades tem lugar nestas instituições, isto é, o estudar a Filosofia, o pensar de acordo com a Filosofia, o pensar filosoficamente e o filosofar.

Considerações finais

Que a leitora e o leitor tenham chegado a este momento do texto e estejam convencidos dos nossos argumentos não resume, de modo algum,

nossos desejos. Contribuir para o processo de discussão acerca do campo do conhecimento Ensino de Filosofia indica, adequadamente, as nossas vontades, que podem ser manifestadas por: continuar a discussão com diversos pensares, reconhecer outros elementos atinentes ao problema de ensinar Filosofia e a filosofar, encontrar com olhares e falares discordantes, construir conexões epistemológicas outras e itinerários pedagógicos outros, etc. Se temos vontade da diferença isto implica igualmente a vivência com as diferenças. Ademais reconhecemos que a discussão sobre este estatuto epistemológico – o que é? como se efetiva? o que pode? a quem interessa? – do Ensino de Filosofia terá vida longa.

Algumas questões que aqui indicamos precisam ser tratadas mais demoradamente, tais como, como pode se efetivar a interação entre a dimensão filosófica do conceito e dimensão do engajamento social-histórico nas pesquisas no âmbito do Ensino de Filosofia? Considerando o ensino de Filosofia como ir além do ensinar conteúdos, como assumir a Educação Filosófica como vivência de repercussão, de apropriação e de criação filosóficas?

Outras questões apenas mencionadas aqui, também merecem atenção em debates futuros, a exemplo de pensar a interseccionalidade inerente às pesquisas no âmbito do Ensino de Filosofia, posto que a situação a ser tratada, a motivação questionadora e a perspectiva investigativa inicial estão no âmbito filosófico, mas o diálogo conceitual e metodológico com os outros saberes do âmbito das Ciências Humanas é possível, recorrente e saudável. Deve-se questionar também em que medida a institucionalização do Ensino de Filosofia é uma disputa política. Não há garantias de que uma evidência epistemológica garanta o seu reconhecimento e admissão nos setores institucionais de ensino, pesquisa e extensão e tampouco nos órgãos governamentais de fomento a pesquisas. Ele pode estar fadado a manter-se como campo científico fértil, abrangente, numeroso, produtivo, interventivo, mas marginal. Neste sentido, reiteramos que educar é uma forma de intervenção política. E se o cenário indicado acima se efetivar, devemos reconhecer nele o kairós para sermos mais filosófica e

politicamente engajadas(os) e interventivas(os) na realidade educacional e científica brasileira.

Referências

BETHENCOURT, Verónica; AGRATTI, Laura. La enseñanza de la filosofía como práctica de indagación filosófica. *Revista Sul-americana de Filosofía e Educação*, v. 11, 2009. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/download/4308/3937/7677>.

Acesso em: 30 abr. 2024.

CARVALHO, Flávio de; SILVA, Luciano; RONDON, Roberto. *O Ensino de Filosofia entre problemas e discussões epistemológicas, políticas e pedagógicas*. Campina Grande: Livros Edufcg, 2024. Disponível em:

<https://livros.editora.ufcg.edu.br/index.php/edufcg/catalog/book/284>. Acesso em:

30 abr. 2024.

CERLETTI, Alejandro. *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?* São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade III: o cuidado de si*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *O Governo de si e dos outros*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A Coragem da verdade (O Governo de si e dos outros II)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2011.

GALLO, Sílvio; CORNELLI, Gabriele; DANELON, Márcio (Orgs.). *Filosofia do Ensino de Filosofia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003

PORTA, Mario Ariel González. *A Filosofia a partir de seus problemas*. São Paulo: Loyola, 2003.

RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Do ensino da filosofia: estratégias interdisciplinares. *Educação em Revista*, v. 12, n. 1, 2011. DOI: <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2011.v12n1.1539>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/1539>. Acesso em: 30 abr. 2024.

TEIXEIRA NETO, José; CIRINO, Maria Reilta Dantas. *Filosofias do ensino de filosofia: Perspectivas filosóficas e ações educativofilosóficas na educação escolar*. Curitiba: CRV, 2020.

UERN. Dossiê Introdução à Filosofia e Filosofia do Ensino de Filosofia. *Revista Trilhas Filosóficas*, v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RTF/issue/view/1>. Acesso em: 30 abr. 2024.

VELASCO, Patrícia. Ensino de Filosofia: por uma cidadania filosófica do campo, *REFilo*, Santa Maria, v. 8, p. 4-7. DOI: <https://doi.org/10.5902/2448065769947>.. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/69947/47567>. Acesso em: 1 nov. 2022.

Data de registro: 20/01/2023

Data de aceite: 24/01/2024